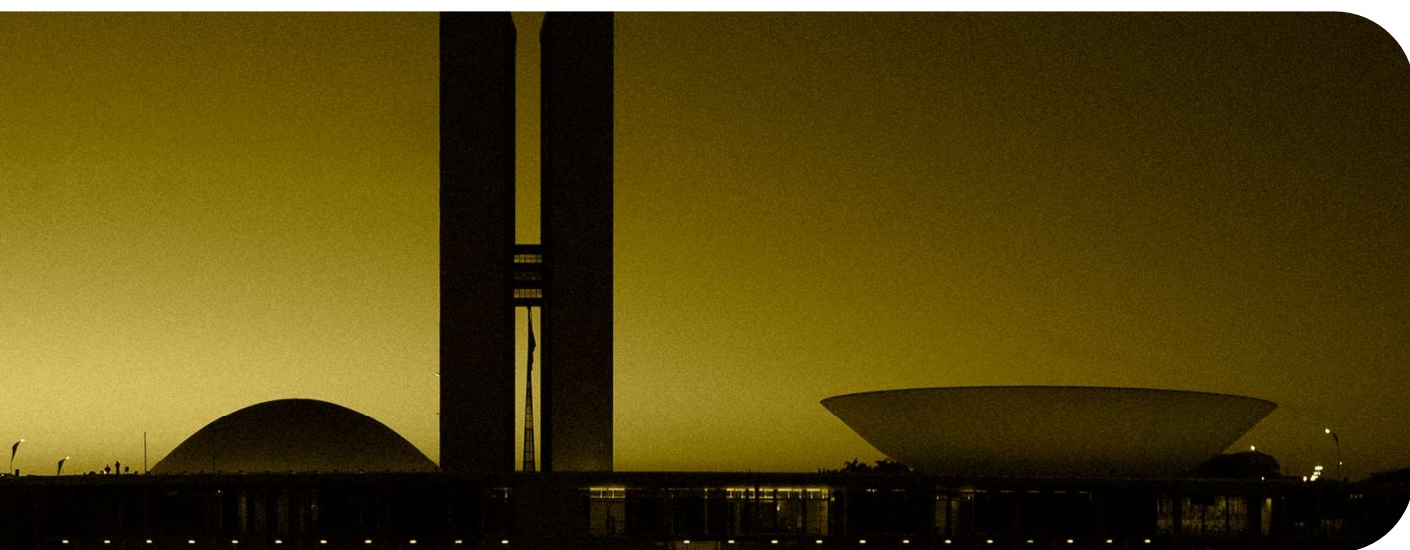


Agenda Semanal

11 a 15 de maio



Destques
da
Semana:

Segurança Pública

Destravamento do Senado

Cenário Político

O Congresso Nacional inicia a semana sob intensa pressão de prazos regimentais e uma agenda de alta voltagem eleitoral, impulsionada pela divulgação de cinco grandes pesquisas presidenciais (Datafolha, Quaest, Futura, Gerp e Vox). Na Câmara, o presidente Hugo Motta mantém o esforço concentrado com sessões diárias para exaurir o prazo de emendas à PEC da jornada 6x1, buscando blindar a proposta antes do recesso. No Judiciário, a posse do ministro Kassio Nunes Marques na presidência do TSE altera a correlação de forças na Corte Eleitoral. Já no Senado, a pauta busca um equilíbrio entre temas de apelo social e a manutenção da Medida Provisória da CNH, que corre risco de caducar. O clima é de monitoramento fiscal rigoroso, especialmente diante da retomada do debate sobre a ampliação do teto do MEI, que opõe a base parlamentar à equipe econômica do governo.



Pauta da Câmara

O plenário da Câmara prioriza um pacote de segurança e infraestrutura. Entre os destaques está o projeto que criminaliza o uso de inteligência artificial em pornografia infantil e o endurecimento de penas para crimes sexuais contra vulneráveis. Na área econômica, ganha relevo o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e o Marco Legal do Transporte Coletivo Urbano. Também está prevista a votação da proposta que retira o sigilo sobre gastos da administração federal e a regulamentação de testes físicos para gestantes em concursos públicos. No campo esportivo, os deputados devem deliberar sobre o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (Retad) e ajustes na governança das SAFs.

Pauta do Senado

O Senado concentra esforços na votação da MP 1.327/2025, que viabiliza a CNH digital e a renovação automática para bons condutores. A pauta inclui ainda a fixação de valores mínimos de indenização para vítimas de crimes diretamente na sentença penal e a criação da Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades. Na quarta-feira, a Casa deve votar o marco das carreiras de ciência e tecnologia e a divulgação de canais de denúncia de violência contra a mulher no programa A Voz do Brasil. O plenário também analisará o caráter voluntário da certificação para armazenagem agropecuária e diretrizes para o tratamento da dor crônica no SUS.



Segurança Pública

A PEC da Segurança Pública, considerada uma das prioridades do governo Lula e condicionante para a eventual criação do Ministério da Segurança Pública, está paralisada no Senado há dois meses e dificilmente avançará antes das eleições. O impasse reflete tanto a recusa do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, em designar um relator e pautar a matéria, quanto a forte resistência de governadores, que rejeitam a interferência federal no comando, no financiamento e nos bancos de dados das polícias estaduais.

O travamento da proposta é aprofundado pelo acirramento das tensões entre o Executivo e o Senado, evidenciado pelas recentes derrotas do Planalto, como a derrubada do veto da dosimetria e a histórica rejeição de Jorge Messias ao STF. Diante desse cenário adverso no Congresso, somado à dificuldade do governo em articular pautas populares de segurança, o foco parlamentar tem se voltado para outras matérias, como o fim da escala 6x1 e o PL Antifacção.

Como alternativa, o presidente Lula tem buscado uma frente de atuação externa, articulando o lançamento do plano "Brasil Contra o Crime Organizado" e a formação de um grupo de trabalho internacional com os Estados Unidos e países da América do Sul.

Destravando o Senado

No último ano de mandato e com um calendário eleitoral apertado, o Palácio do Planalto enfrenta o desafio urgente de recompor sua relação com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para destravar uma pauta legislativa atualmente paralisada. A deterioração dessa articulação ficou evidente após derrotas emblemáticas do Executivo, como a rejeição de Jorge Messias ao STF e a derrubada do veto sobre o projeto da dosimetria, o que já resultou no travamento de matérias essenciais, a exemplo de quatro medidas provisórias ligadas a combustíveis e logística, além da caducidade do regime Redata.

Sem o alinhamento com o comando da Casa Alta, o governo corre o sério risco de não aprovar projetos cruciais para sua popularidade e estratégia econômica antes do recesso de meados de julho, destacando-se a PEC que propõe o fim da escala de trabalho 6x1 e o marco regulatório das Terras Raras. Além de barrar a agenda governista, essa falta de sintonia deixa o Executivo vulnerável ao avanço de "pautas-bomba" com forte impacto fiscal, como o piso salarial para médicos, a redução da jornada da enfermagem e a renegociação de dívidas rurais. Para reverter esse isolamento, originado quando Lula preferiu o senador Rodrigo Pacheco na indicação ao STF, o Planalto planeja gestos de reconciliação que envolvem a liberação de cargos e a manutenção de espaços estratégicos para o União Brasil, além do compromisso de consultar Alcolumbre previamente sobre a nova indicação à Suprema Corte.



Wagner Ferreira - Analista Jr.
de Relações Governamentais

Perspectiva Semanal

O Congresso Nacional inicia a semana sob um estado de observação rigorosa, onde o clima de apreensão após a operação contra o senador Ciro Nogueira dita o ritmo cauteloso das articulações em Brasília. Com a adoção do formato semipresencial tanto na Câmara quanto no Senado, o Legislativo sinaliza um recuo tático, tentando equilibrar a manutenção da agenda com a necessidade de blindagem política contra novos desdobramentos jurídicos envolvendo o sistema financeiro.

Esse cenário de incerteza é agravado pelo embate frontal com o STF, personificado na decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender a Lei da Dosimetria, um movimento que congela as pretensões de redução de penas defendidas pela cúpula do Congresso e reafirma o Judiciário como um ator central no controle de constitucionalidade. Enquanto o Senado foca em pautas de consenso e na sobrevivência da MP da CNH, a Câmara mergulha no debate de mérito da PEC que encerra a jornada 6x1. Ao convocar os ministros Dario Durigan e Guilherme Boulos, o presidente Hugo Motta desloca o tema para o campo dos custos econômicos e da viabilidade fiscal, buscando exaurir o prazo de emendas que se encerra nesta sexta-feira.

Em paralelo, a pauta deliberativa avança em temas estratégicos, como o incentivo à indústria de fertilizantes e a repressão ao uso de inteligência artificial em crimes sexuais, evidenciando uma semana em que a previsibilidade das votações será testada pela capacidade dos líderes de isolar as entregas legislativas do ruído institucional provocado pelas investigações e pelo tensionamento entre os Poderes.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

Segundo dados do IBGE, a produção industrial brasileira apresentou um leve crescimento de 0,1% em março na comparação com fevereiro, mês que havia registrado uma alta de 0,9%. No acumulado do primeiro trimestre, o setor obteve um avanço de 1,4% em relação ao mesmo período de 2025.



Política

Na última semana, a Comissão Especial da Câmara estabeleceu o cronograma para debater o fim da jornada 6x1, agendando a leitura do parecer do relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), para o dia 19. Em outra frente, o encontro do presidente Lula com o líder norte-americano, Donald Trump, garantiu um saldo político bastante positivo para o governo.



Social

De acordo com levantamento do IBGE, o aquecimento do mercado de trabalho em 2025 elevou para o patamar recorde de 143 milhões o número de brasileiros com algum tipo de rendimento, o equivalente a 67,2% da população. Simultaneamente a esse avanço, registrou-se uma queda na proporção de domicílios beneficiários do programa Bolsa Família.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, divulgado em 11 de maio de 2026, revelou um cenário de alerta com a oitava elevação consecutiva na projeção da inflação para este ano. O mercado desenha um panorama de preços persistentemente elevados, influenciado por fatores estruturais como a alta das commodities e conflitos geopolíticos, o que limita o espaço para reduções mais acentuadas na taxa de juros. Para 2027, houve um ajuste para cima tanto na taxa Selic quanto na expectativa de crescimento do PIB.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- INFLAÇÃO (IPCA): 4,89% ▲
- CRESCIMENTO (PIB): 1,85% ■
- JUROS (SELIC): 13,00% ■
- CÂMBIO (DÓLAR): R\$ 5,20 ▼

Indicadores Econômicos 2027

- INFLAÇÃO (IPCA): 4,00% ■
- CRESCIMENTO (PIB): 1,76% ▲
- JUROS (SELIC): 11,25% ▲
- CÂMBIO (DÓLAR): R\$ 5,30 ■

Notícias

veja

Irritada com Moraes, oposição fará nova ofensiva por pacote anti-STF no Congresso

A oposição já desenhou uma reação à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de suspender a Lei da Dosimetria até que outros magistrados se pronunciem sobre a constitucionalidade da medida.

Os parlamentares devem pressionar os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, para resgatar a agenda anti STF dentro do Congresso.

CNN

Análise: PL da Dosimetria acirra clima entre STF e Congresso

aprovação do PL da Dosimetria pelo Congresso Nacional intensificou as tensões institucionais entre o Legislativo e o STF (Supremo Tribunal Federal). Com a derrubada do veto presidencial pelos parlamentares, a lei entrou em vigor e passou a ser utilizada imediatamente pelas defesas de condenados como nova ferramenta jurídica, de acordo com a análise de Clarissa Oliveira ao Live CNN.

FOLHA DE S.PAULO

Corregedoria do CNJ anula criação de penduricalhos e ordena auditorias em tribunais estaduais

A Corregedoria Nacional de Justiça proibiu pagamentos que excedam o teto salarial do funcionalismo público, anulou a criação de penduricalhos ou pediu investigações em folhas salariais em três tribunais estaduais entre a noite de quinta-feira (7) e o início da tarde de sexta-feira (8).



Senado Federal

Sessão Deliberativa Ordinária

 Plenário

 **Não foram mapeados itens de interesse da Federação no Senado nesta semana.**



Câmara dos Deputados

Sessão Deliberativa Ordinária



18h



11/05



Plenário

PL 1054/2019 – Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante

PL 1054/2019 - Confúcio Moura - MDB/RO - Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União.

Relatora: Julia Zanatta (PL-SC)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)



14h



02/05



PLP 98/2025 – Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades da Polícia Rodoviária Federal

PLP 98/2025 - Nicoletti (UNIÃO-RR) - Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades da Polícia Rodoviária Federal - FUNPRF, e dá outras providências.

Relator: Sanderson (PL-RS)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

PL 5664/2025 – Pensão Especial para Dependentes de Policiais

PL 4707/2025 - Institui pensão especial e indenização compensatória aos dependentes de policiais civis, militares, federais, rodoviários federais e guardas civis municipais falecidos no exercício da função ou em decorrência de ato de serviço em operações de combate ao crime organizado, reconhecendo o caráter essencial das forças de segurança pública e assegurando proteção integral a seus filhos menores.

Relator: Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

PL 575/2026 - Legitimidade Recursal do Delegado de Polícia

PL 575/2026 - Thiago de Joaldo (PP-SE) - Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para disciplinar a legitimidade recursal e a suscitação de impedimento ou suspeição pelo delegado de polícia no âmbito do inquérito policial.

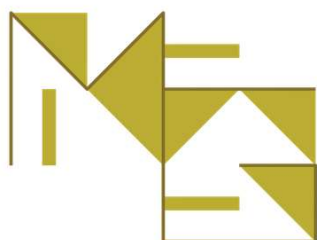
Relator: Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação com emenda.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
